

Budget Watch – Exame
Orçamental 2010
Índice Deloitte – Pro Business



17 de Março de 2010

Em parceria com ISEG e Jornal Expresso

Índice

Introdução	3
Nota metodológica	4
Principais conclusões	5
Dimensões de análise	7
Nota técnica	27

Introdução

O Índice Deloitte *Pro-Business* pretende avaliar a responsabilidade orçamental de estímulo ao crescimento económico, a qual deve basear-se num conjunto claro e transparente de informação e avaliação dos princípios orçamentais promotores do crescimento, produtividade, emprego, inovação e competitividade. A responsabilidade orçamental foi avaliada, por um Conselho Consultivo Empresarial (CCE), composto por 16 empresários, do ponto de vista do rigor e qualidade da informação prestada sobre as políticas e programas de suporte ao crescimento económico, sendo ainda selectivamente apreciada a qualidade dessas políticas e programas, numa perspectiva de apoio ao desenvolvimento e competitividade empresarial. Este exercício foi realizado à luz das melhores práticas internacionais de escrutínio da comunidade empresarial sobre a política orçamental proposta pelos diferentes executivos de cada país.

Pretendeu-se identificar também as políticas económicas e sectoriais, reformas institucionais, investimentos públicos e alterações do perfil de despesa e da receita que, na avaliação do Conselho Consultivo Empresarial, possam ajudar à criação e consolidação de estratégias empresariais e económicas e assegurem dinamismo e diversificação económica.

A escala de avaliação utilizada foi a seguinte:

Escala										
Não satisfatório			Insuficiente		Adequada			Muito bom		
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

O relatório final será emitido durante o mês de Abril, quando da discussão conjunta dos resultados entre o ISEG e os respectivos Conselho sEmpresarial e Científico.

Nota metodológica

As 10 dimensões que foram objecto de apreciação por parte do Conselho Consultivo Empresarial (CCE) foram as seguintes:

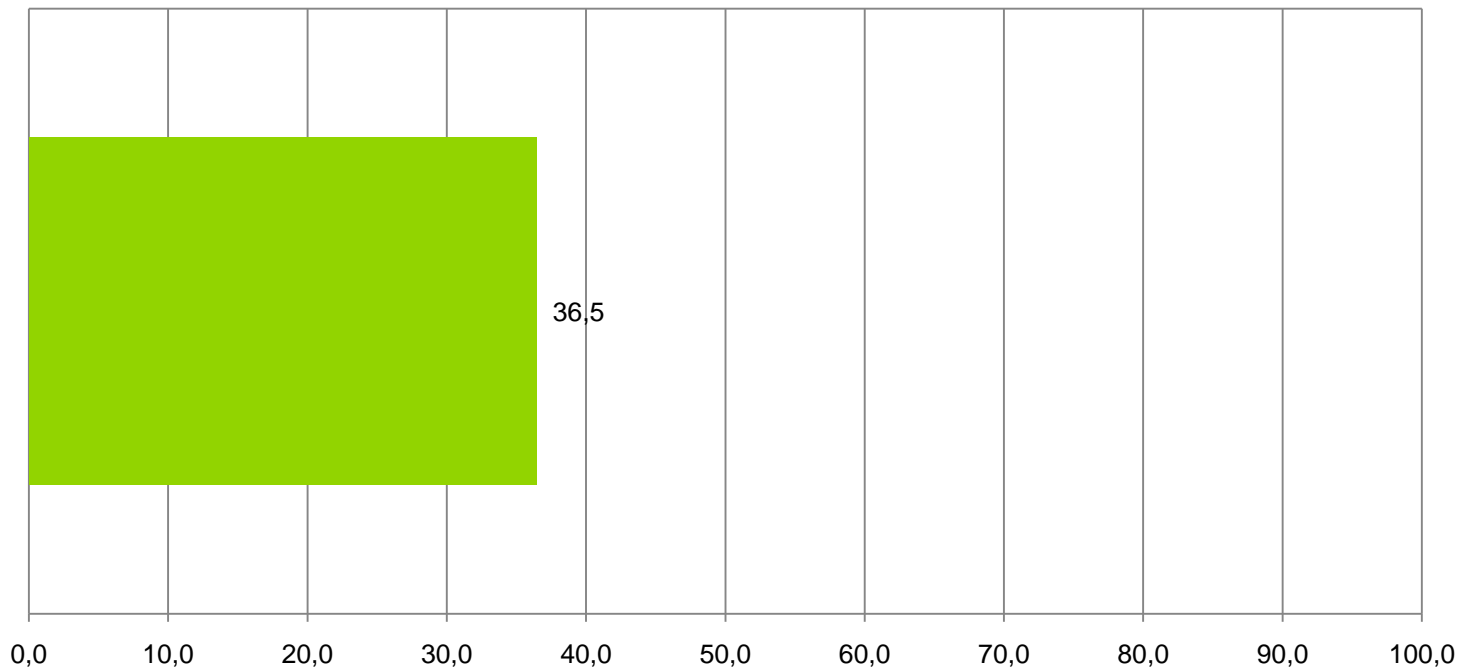
- a) Estabilidade das políticas macroeconómicas
- b) Estabilidade, simplicidade e carga fiscal
- c) Limites ao peso absoluto e relativo do Estado
- d) Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro
- e) Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego
- f) Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto
- g) Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital
- h) Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica
- i) Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e know-how) necessários ao crescimento económico
- j) Promoção activa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores

Adicionalmente, o CCE foi questionado genericamente sobre se considerava este OE *pro-business*, sem prejuízo do cálculo do índice composto constante da página seguinte.

Principais conclusões (1/2)

Índice Deloitte Pro Business

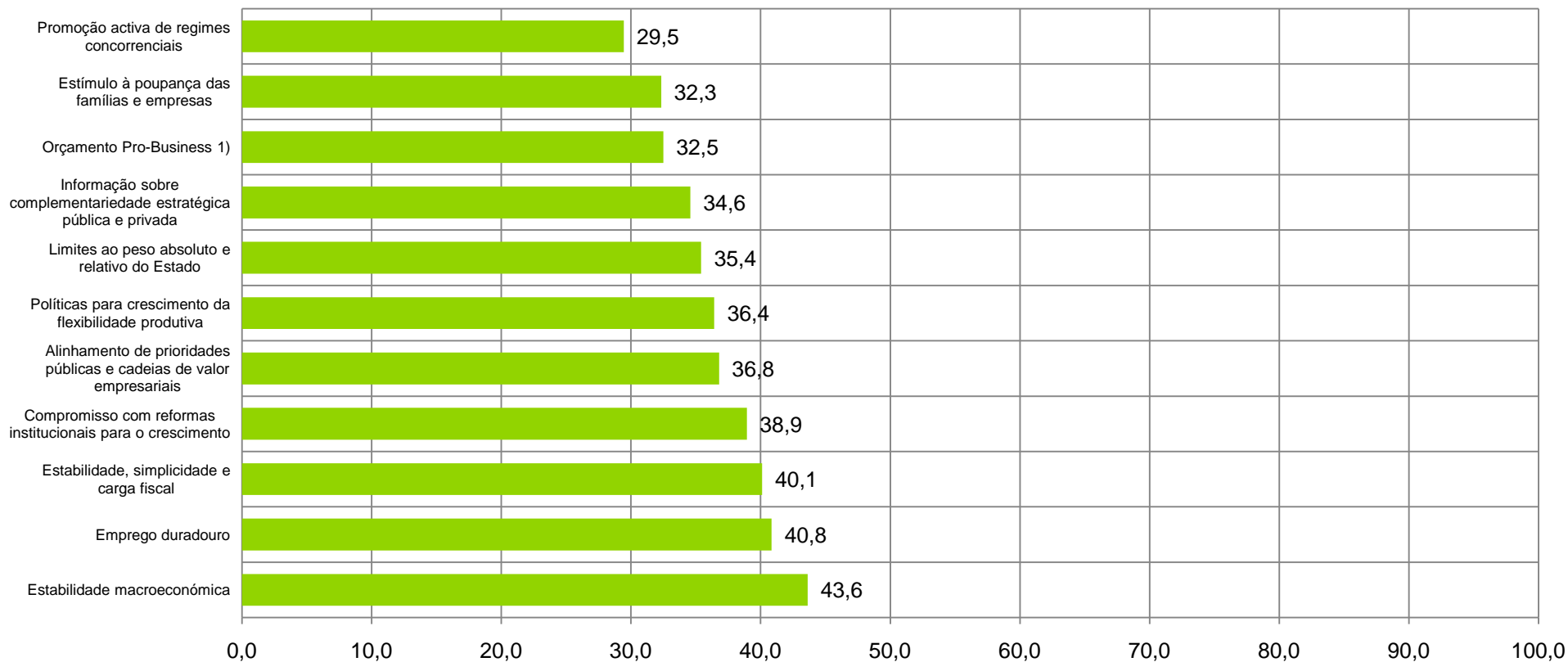
Índice Deloitte Pro Business – valor final¹



¹) Calculado com base na média das várias dimensões avaliadas

Principais conclusões (2/2)

Índice Deloitte Pro Business – resumo da avaliação das dimensões críticas



1) Pontuação atribuída pelo CCE à questão “Considera este um OE *pro business*.”

Dimensões em análise – nota metodológica (1/20)

a. Estabilidade das políticas macroeconómicas (1/2)

O conceito de estabilidade macroeconómica está intimamente associado a um conjunto de equilíbrios externos e internos da economia de um país. A estabilidade dos preços (inflação), crescimento real estável do PIB e nível do emprego, foram os aspectos historicamente dominantes na definição de estabilidade macroeconómica. Ao longo do tempo, surgem também como elementos decisivos, para a avaliar, o equilíbrio das finanças públicas, assim como as flutuações da balança de pagamentos, volatilidade das taxas de juro e das políticas cambiais.

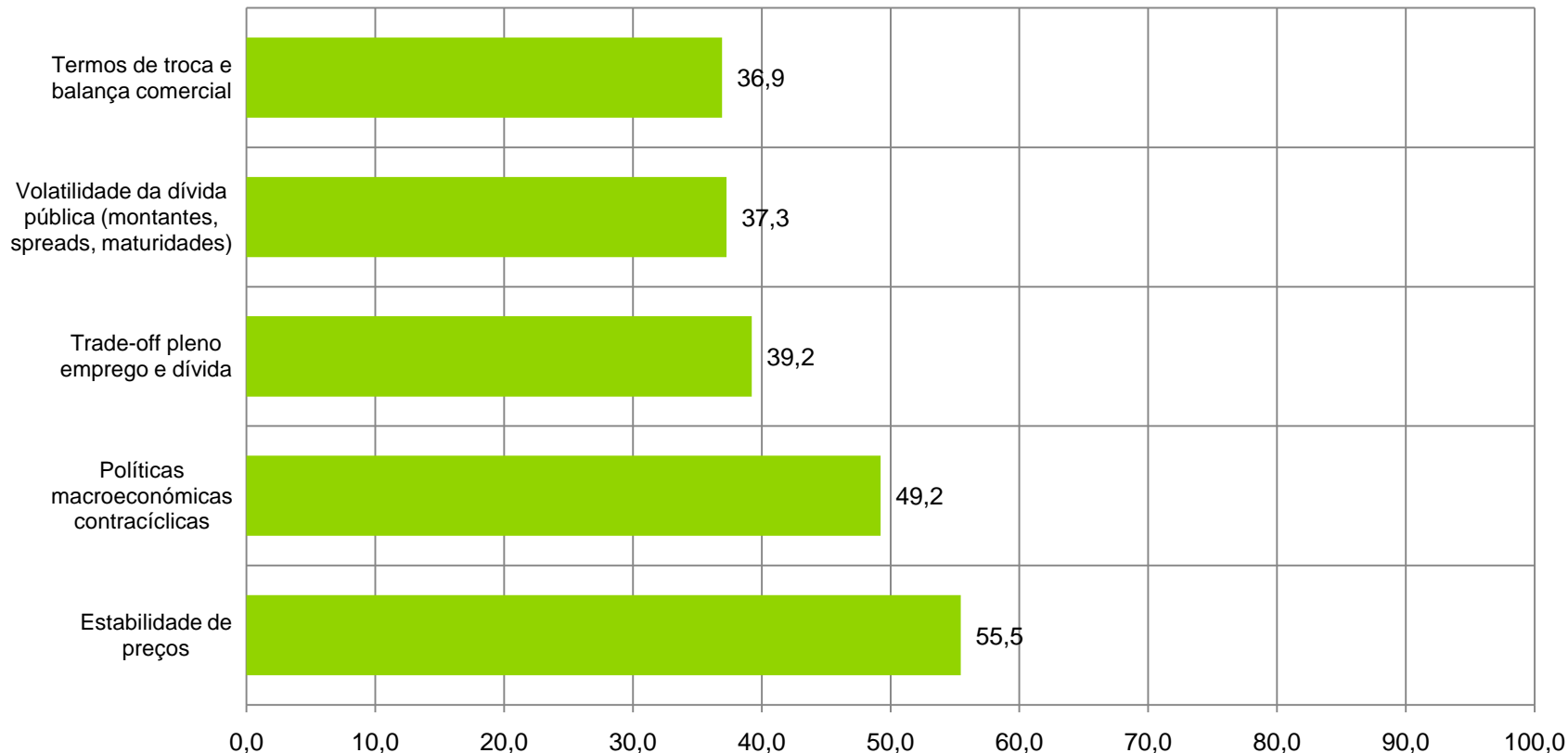
Depois da crise asiática, as políticas macroeconómicas preventivas pretendem também acautelar a acumulação excessiva de dívida pública e privada (empresas e particulares). Observa-se assim que se alargou a lista de políticas macroeconómicas a adoptar pelos governos.

Todavia, os elementos essenciais mantêm-se: crescimento e sustentabilidade económica. As políticas macroeconómicas prosseguidas devem procurar promover taxas de crescimento contínuo do investimento, produção e emprego, assegurar que a inflação não atinja nível elevado e que o crescimento é sustentável em termos de endividamento público e privado.

Dimensões em análise – resultados do questionário (2/20)

a. Estabilidade das políticas macroeconómicas (2/2)

Estabilidade das políticas macroeconómicas



Dimensões em análise – nota metodológica (3/20)

b. Estabilidade, simplicidade e carga fiscal (1/2)

Um Orçamento “pro business” passa necessariamente por um conjunto de medidas fiscais e parafiscais que, tendo presente a restrição orçamental (agravada pela rigidez da despesa pública corrente), se traduz no reforço da competitividade e eficiência do tecido empresarial, fomentando o empreendedorismo e a capacidade de investimento.

Defendemos que o Orçamento não é o fórum próprio para efectuar as grandes reformas fiscais, devendo, ao invés, conter um número limitado, mas relevante, de alterações em sede fiscal que permitam responder de forma eficaz às prioridades económicas do País, num contexto de objectivos de política macroeconómica claros e consensuais.

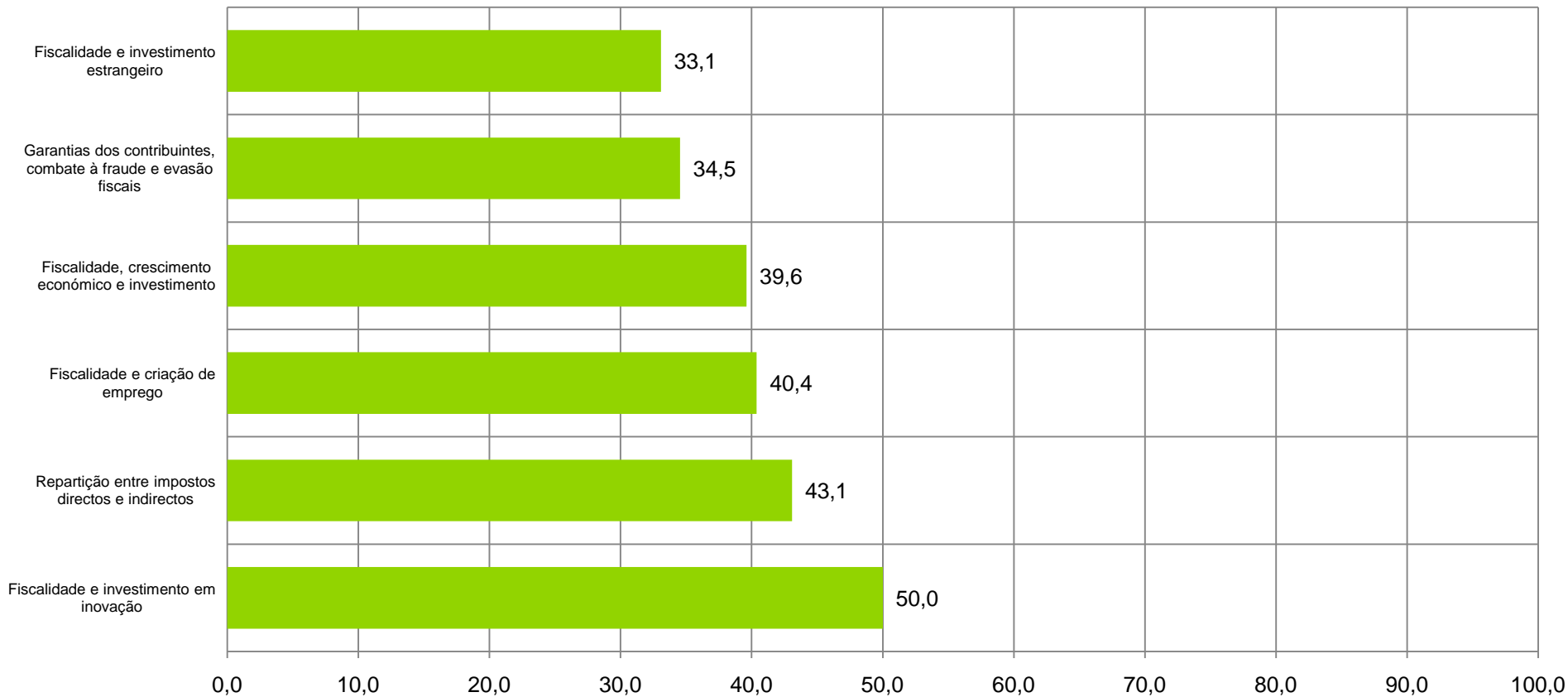
De facto, sem ignorar a relevância da carga fiscal sobre a competitividade das empresas, em particular quando actuam no mercado de bens transaccionáveis, existe um conjunto de outros factores que se revelam da maior relevância em termos de apoio para as empresas e, conseqüentemente, para a economia, de que destacamos: a estabilidade do sistema fiscal; a qualidade, pragmatismo e simplicidade da legislação fiscal; a certeza e segurança dos sistema fiscal, incluindo os tribunais, com adequada salvaguarda das garantias dos contribuintes; a adequabilidade dos custos de cumprimento; a competitividade em termos comparados com outros sistemas fiscais.

No actual contexto, muito particular em termos económicos, as medidas fiscais constantes do Orçamento devem constituir um conjunto articulado e competitivo em termos internacionais, incentivando as empresas ao investimento, criação de emprego, inovação e R&D, garantindo a equidade e simplicidade na relação com as autoridades fiscais e no cumprimento das obrigações fiscais, respeitando as garantias dos contribuintes, sem abdicar do combate à fraude e evasão fiscais. Naturalmente, não é despiciendo assegurar uma carga fiscal sem agravamento, que seja competitiva com a praticada nos países que conosco concorrem em termos de atracção de investimento directo estrangeiro.

Dimensões em análise – resultados do questionário (4/20)

b. Estabilidade, simplicidade e carga fiscal (2/2)

Estabilidade, simplicidade e carga fiscal



Dimensões em análise – nota metodológica (5/20)

c. Limites ao peso absoluto e relativo do Estado (1/2)

O valor actual das receitas líquidas fiscais das gerações actuais e futuras devem ser suficientes para cobrir o valor actual das despesas de consumo e investimento público, assim como a dívida actual do Estado (líquida de activos).

Neste contexto, a introdução de limites ao consumo e investimento público repercute-se numa diminuição do peso absoluto e relativo do Estado na economia e, conseqüentemente, numa diminuição do valor actual das receitas líquidas fiscais das gerações actuais e futuras.

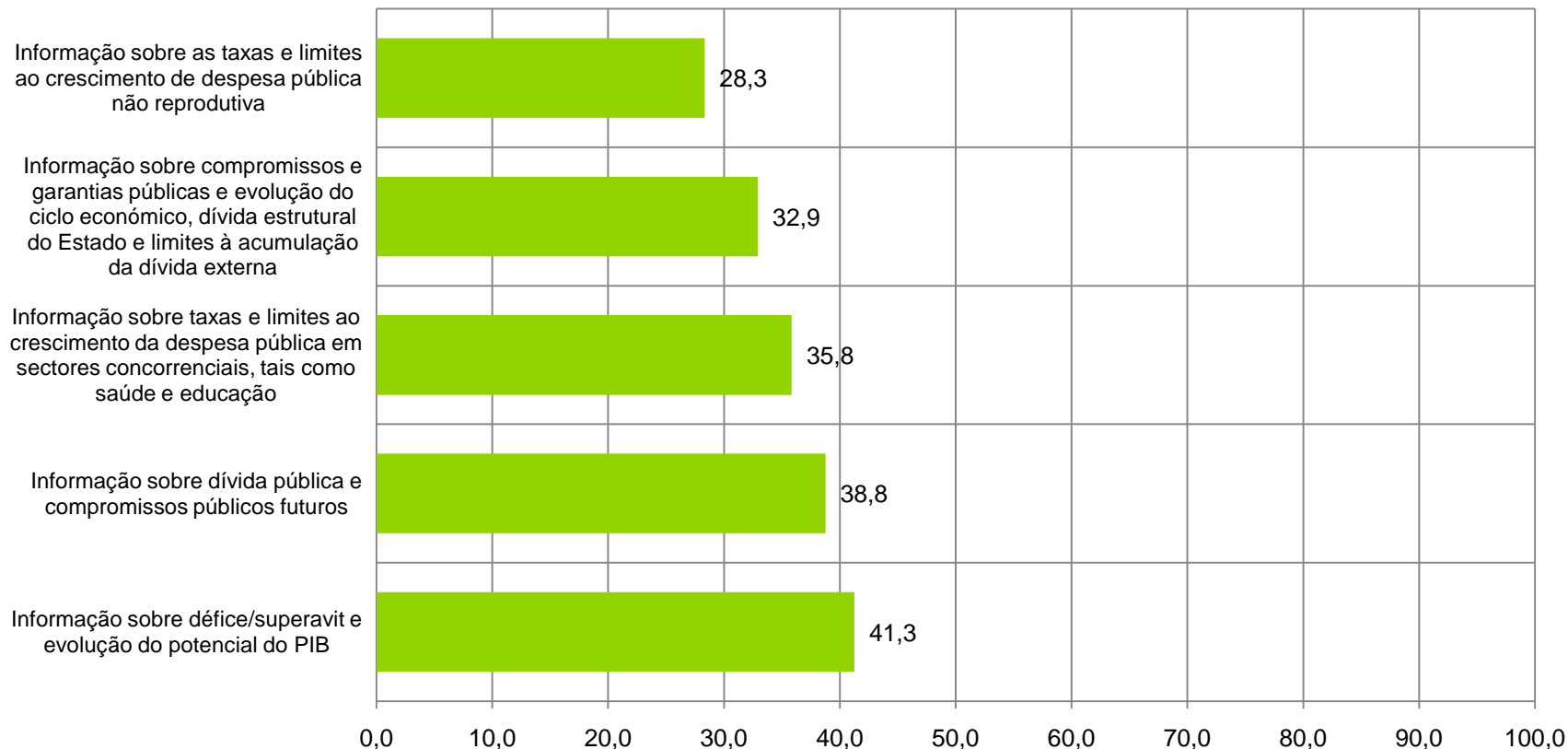
As restrições dos governos para o consumo e investimento público dependem da capacidade de lançar impostos, colocação de dívida pública (captura de poupança privada interna e externa) e da criação de moeda (não aplicável a Portugal).

O efeito dos défices públicos na economia é um dos assuntos mais controversos. Contudo, quer os modelos teóricos, quer os dados empíricos comprovam que um défice orçamental tende a manter/aumentar o consumo (menos impostos), mas a reduzir o investimento (menos poupança disponível) no curto prazo. O seu efeito final na economia depende, entre outros factores, da combinação entre corte de impostos e/ ou aumento de despesa. A médio e longo prazo, uma dívida pública elevada tende a reduzir o stock de capital da economia e a fazer crescer as taxas de juros reais da economia.

Dimensões em análise – resultados do questionário (6/20)

c. Limites ao peso absoluto e relativo do estado (2/2)

Limites ao peso absoluto e relativo do Estado



Dimensões em análise – nota metodológica (7/20)

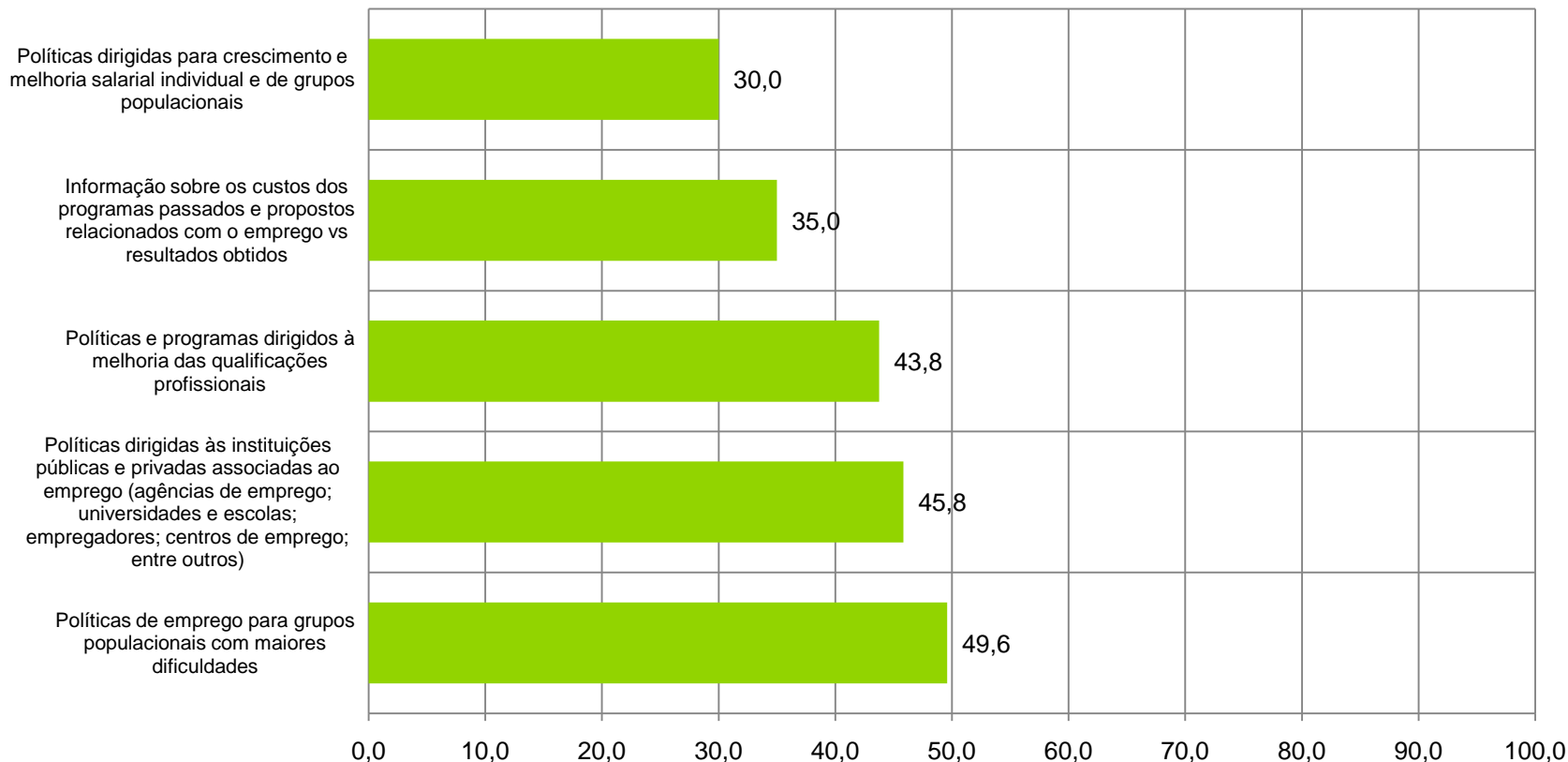
d. Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro (1/2)

Um dos objectivos das opções orçamentais é a adopção de políticas para geração de uma situação de pleno emprego. Para que este equilíbrio seja atingido são condições essenciais, para além de diversas políticas macroeconómicas e microeconómicas, (i) melhoria constante de qualificações profissionais, (ii) flexibilidade e mobilidade das pessoas e (iii) ajustamentos salariais positivos e negativos, indexados à produtividade e competitividade dos respectivos sectores. São necessárias políticas e programas destinados a melhorar as referidas condições, para permitir emprego duradouro, crescimento e melhoria sustentável das bases salariais. Acresce a necessidade de maior dedicação de recursos públicos dirigidos à identificação das necessidades dos empregadores.

Dimensões em análise – resultados do questionário (8/20)

d. Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro (2/2)

Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro



Dimensões em análise – nota metodológica (9/20)

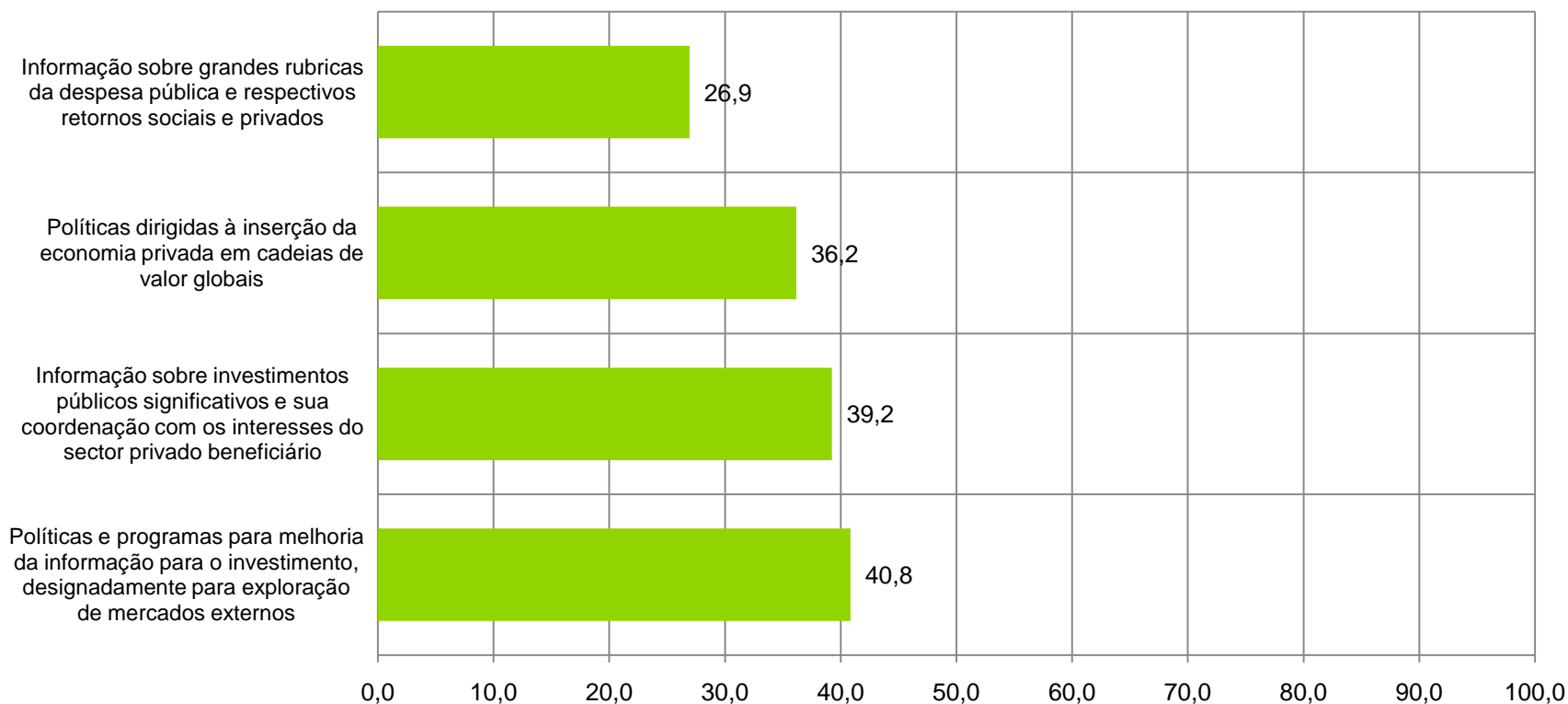
e. Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego (1/2)

O alinhamento de prioridades, perfis de investimento e despesa pública para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação de cadeias de valor empresarial e de emprego requerem medidas e programas específicos para (i) aperfeiçoamento das tomadas de decisão de investimentos privados (redução de externalidades de informação), (ii) maior inserção em actividades das cadeias de valor globais e (iii) condições para uma correcta coordenação entre investimentos dos sectores público e privado.

Dimensões em análise – resultados do questionário (10/20)

e. Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego (2/2)

Alinhamento de prioridades públicas e cadeias de valor empresariais



Dimensões em análise – nota metodológica (11/20)

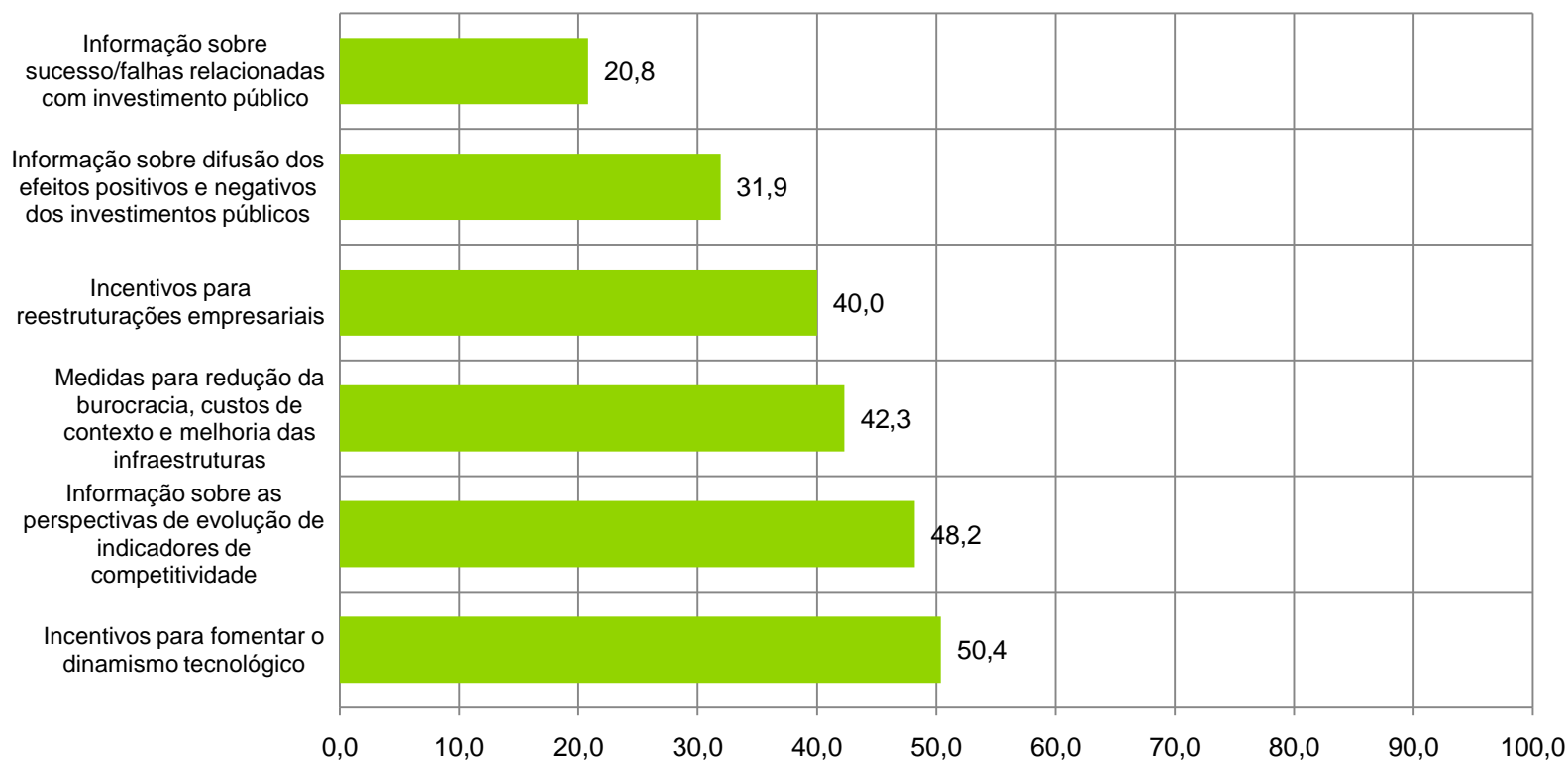
f. Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto (1/2)

A competitividade de um país depende constantemente das reformas institucionais que se vão realizando para estímulo do crescimento económico e da produtividade. Importa assim analisar as opções seguidas quanto a diversos factores de competitividade (tais como sucesso escolar, investimento em tecnologias, preços energéticos, despesas com I&D, legislação laboral, flexibilidade laboral e mercado exportador), assim como modelos de incentivos para reestruturações empresariais, dinamismo tecnológico e redução geral e específica de custos de contexto. Interessam também todas as medidas que eliminem/ diminuam as burocracias que afectam a produtividade das empresas.

Dimensões em análise – resultados do questionário (12/20)

f. Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto (2/2)

Compromisso com reformas institucionais para o crescimento



Dimensões em análise – nota metodológica (13/20)

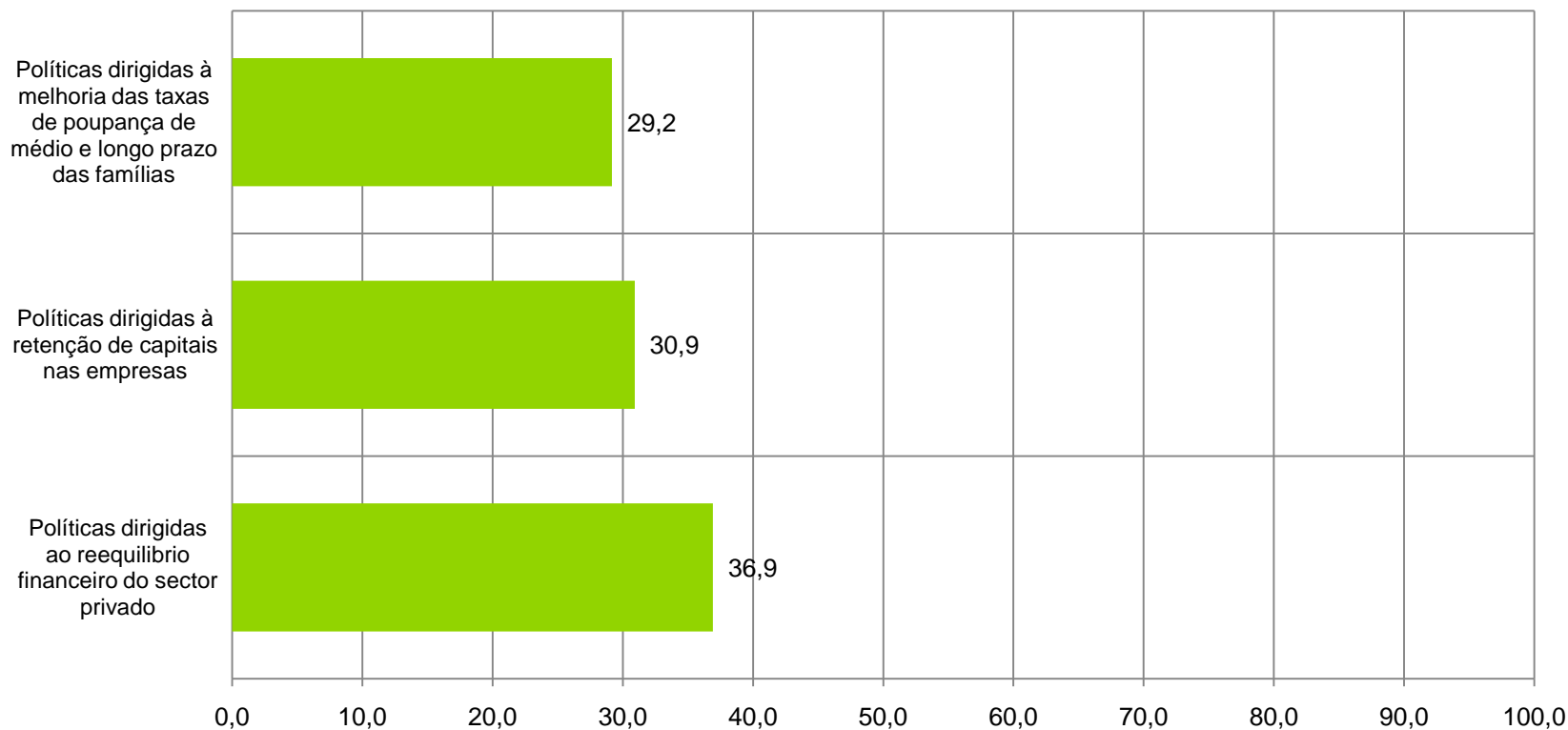
g. Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital (1/2)

As políticas macroeconómicas preventivas pretendem também acautelar a excessiva acumulação de dívida pública e privada (empresas e particulares). Nesta medida, o estímulo à criação, manutenção e retenção de poupança das famílias e empresas (lucros) é determinante para a sustentabilidade da nossa economia e independência relativa ao endividamento externo. Apenas com índices mais elevados de poupança das famílias, empresas e Estado é possível termos maior capacidade de financiar potenciais políticas macroeconómicas contracíclicas e a sustentabilidade global da nossa economia.

Dimensões em análise – resultados do questionário (14/20)

g. Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital (2/2)

Estímulo à poupança das famílias e empresas



Dimensões em análise – nota metodológica (15/20)

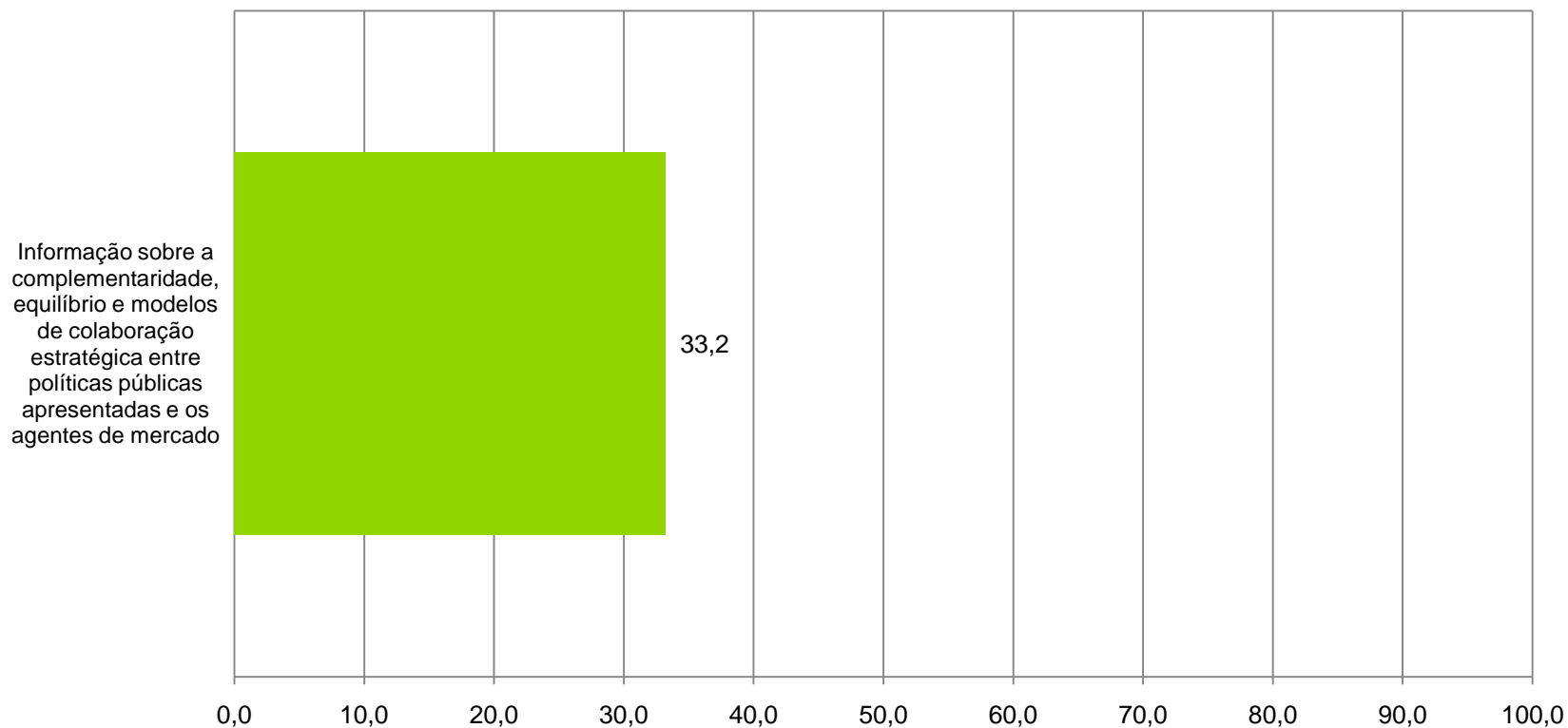
h. Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica

O desenvolvimento económico de um país exige complementaridade, equilíbrio e modelos de colaboração estratégica entre políticas públicas e os agentes de mercado. Todavia, devem ser explicitados os potenciais efeitos negativos destas políticas, em face de uma potencial captura de recursos públicos por alguns agentes privados, em detrimento do retorno social esperado dos investimentos públicos/privados.

Dimensões em análise – resultados do questionário (16/20)

h. Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica

Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica



Dimensões em análise – nota metodológica (17/20)

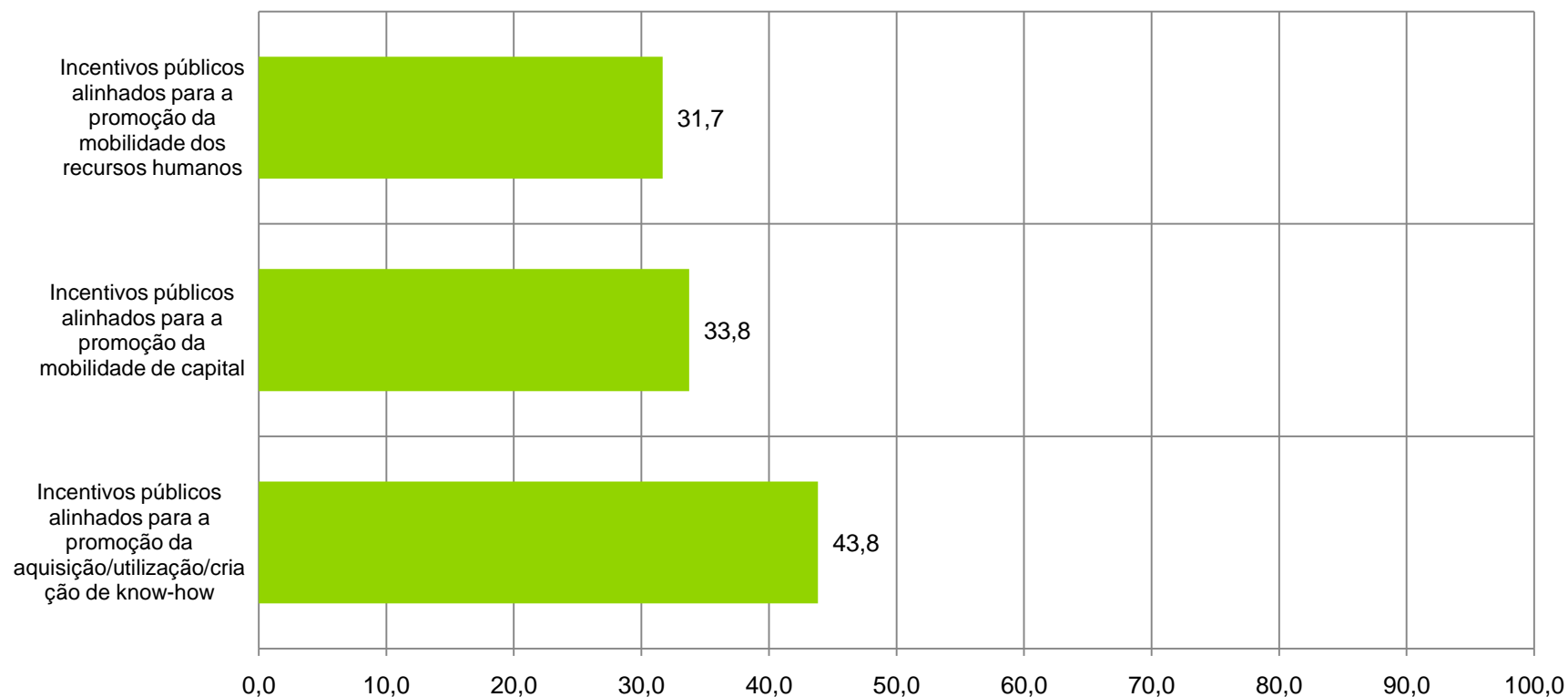
i. Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e *know-how*) necessários ao crescimento económico (1/2)

O crescimento económico depende, para além de outros factores institucionais e culturais, em larga medida do nível de capital disponível, trabalho e tecnologia / know-how de uma economia. Neste contexto, importa que sejam implementadas medidas que (i) visem promover a mobilidade de capital entre diversos sectores e empresas, assim como (ii) mobilidade e flexibilidade a nível de recursos humanos entre sectores e empresas para acomodar movimentos conjunturais e estruturais e (iii) medidas com vista ao desenvolvimento tecnológico e criação de know-how.

Dimensões em análise – resultados do questionário (18/20)

i. Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e *know-how*) necessários ao crescimento económico (2/2)

Políticas para crescimento da flexibilidade produtiva



Dimensões em análise – nota metodológica (19/20)

j. Promoção activa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores (1/2)

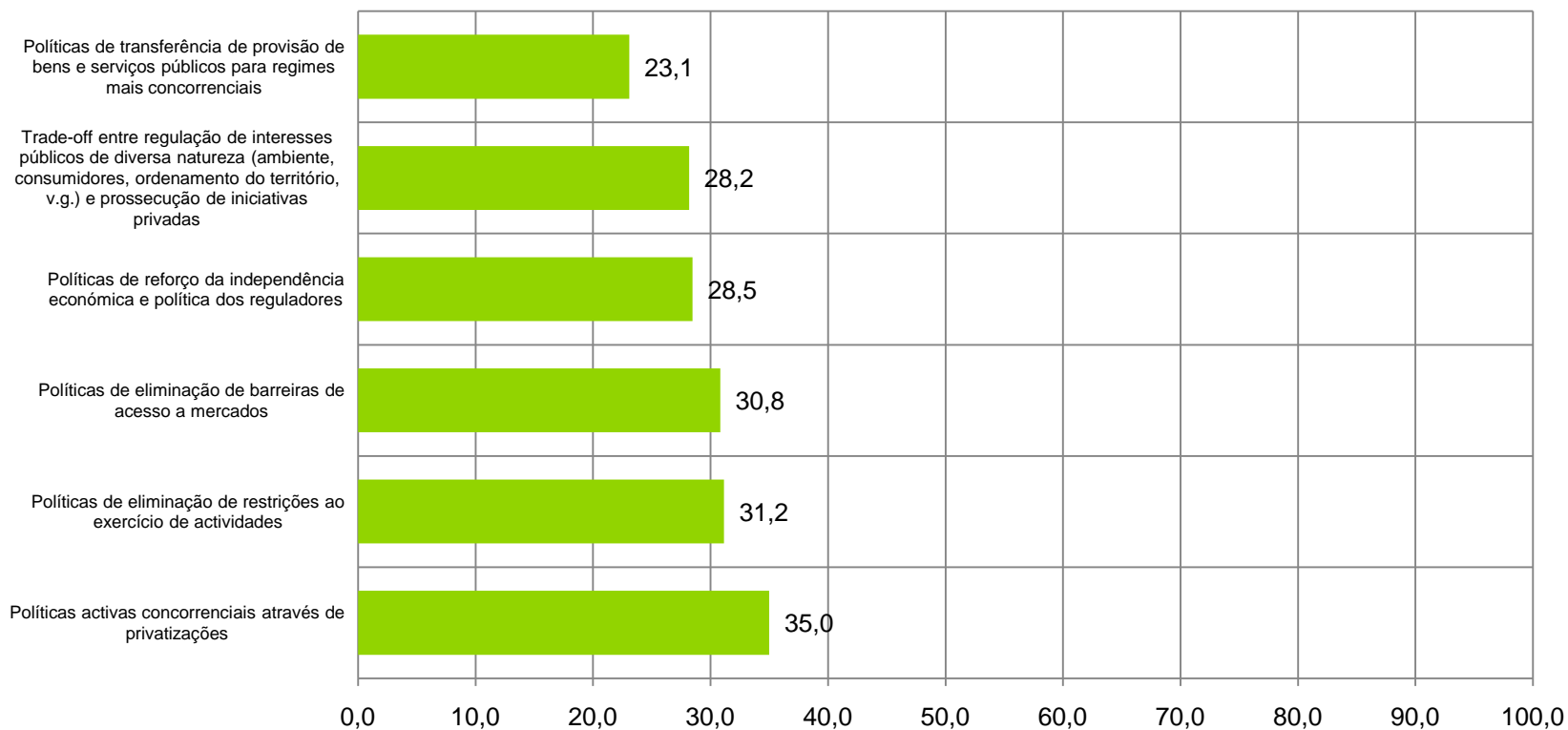
A eficiente distribuição de recursos numa economia para geração de equilíbrios eficientes faz-se através da aproximação a regimes concorrenciais intensos, a par de restrições que previnam ou reduzam as externalidades negativas dos investimentos privados e alarguem as externalidades positivas. Neste contexto, pretende-se avaliar as políticas de acesso a mercados, privatizações, reforço de independência económica e política dos reguladores, e eliminação de restrições ao exercício de actividades.

Paralelamente, deve também ser avaliado o trade-off de políticas de regulação de interesses públicos de diversa natureza (consumidores, ambientalistas, v.g.) e prossecução de iniciativas privadas, assim como as políticas propostas de transferência de provisão de bens e serviços públicos para a iniciativa privada em regimes mais concorrenciais.

Dimensões em análise – resultados do questionário (20/20)

j. Promoção activa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores (2/2)

Promoção activa de regimes concorrenciais



Nota técnica

O Índice Deloitte Pro-Business, realizado em parceria com o ISEG e o Jornal Expresso, tem como principais objectivos avaliar:

- a responsabilidade orçamental de estímulo ao crescimento económico; e
- os princípios orçamentais promotores de crescimento, produtividade, emprego, inovação e competitividade.

Os questionários foram enviados ao Conselho Consultivo Empresarial (16 personalidades) entre 26 de Fevereiro e 16 de Março de 2010, acompanhados de um conjunto de notas indexadas ao Relatório do OE, Proposta de Lei e Mapas Anexos, tendo sido obtidas 13 respostas válidas, que foram objecto de tratamento estatístico.

Em caso de dúvida ou prestação de alguma informação ou algum esclarecimento adicional, por favor, contactar:

Carlos Loureiro

Partner

Tel.: +(351) 210 427 515

caloureiro@deloitte.pt

Jorge Sousa Marrão

Partner

Tel.: +(351) 210 422 503

jmarrao@deloitte.pt



Esta publicação contém apenas informação geral, pelo que nem a Deloitte Touche Tohmatsu, nem qualquer das suas firmas membro, respectivas subsidiárias e participadas, estão através desta publicação, a prestar serviços de auditoria, consultoria de gestão, de investimento, fiscal, financeira ou legal, ou outros serviços profissionais ou aconselhamento. Esta publicação não substitui tal aconselhamento ou a prestação daqueles serviços profissionais, nem a mesma deve ser usada como base para actuar ou tomar decisões que possam afectar o vosso património ou negócio. Antes de tomarem qualquer decisão ou acção que possa afectar o vosso património ou negócio, devem consultar um profissional qualificado.

Em qualquer caso, nem a Deloitte Touche Tohmatsu, nem qualquer das suas firmas membro, respectivas subsidiárias ou participadas serão responsáveis por quaisquer danos ou perdas sofridos em resultado de acções ou tomadas de decisão somente com base nesta publicação.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.